

Posição da CES sobre a “Análise Anual de Crescimento de 2016” – por uma Europa que trabalhe para os trabalhadores e para os cidadãos.



Aprovado na reunião da Comissão Executiva da CES nos dias 28 e 29 de Outubro de 2015

Introdução:

Este documento apresenta o ponto de vista e as prioridades do movimento sindical europeu para a “Análise Anual de Crescimento de 2016” e para o “Semestre Europeu”. Está assente nos comentários feitos na reunião de auscultação entre a Comissão Europeia e os Parceiros Sociais Europeus do dia 23 de Setembro de 2015.

A crise económica e os efeitos decorrentes da mesma têm, sem margem para dúvida, um profundo e diversificado impacto nas economias europeias, no mercado de trabalho e no ambiente social, assim como agravou os problemas já existentes. A análise da Comissão Europeia sobre a situação e sobre os futuros desafios é frequentemente acertada, no entanto há uma certa relutância em aceitar que muitas das decisões políticas tomadas abrandaram a recuperação e contribuíram para a atual crise social e de emprego. Nem tão pouco reconhece que existe de facto um enorme espaço de ação, que a UE está a desperdiçar, com os custos a recair sobre as pessoas.

Na sua intervenção do “Estado da União” ao Parlamento Europeu no dia 9 de Setembro de 2015, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker reconheceu que a crise não acabou, mas apenas fez um interregno. Enquanto a recuperação económica continua, a mesma está assente em pressupostos frágeis e demasiado fracos para resistir a impactos negativos já à vista (crise dos mercados emergentes, abrandamento comercial mundial). O investimento continua fraco, no entanto o desemprego e a situação social estão a mostrar alguns sinais de melhoramento. A qualidade do emprego é um conceito chave e os níveis de pobreza são inaceitáveis.

A CES regista a intenção da Comissão em manter a sua abordagem para a próxima “AAC”. A manutenção da prioridade no investimento já definida do “AAC 2015” foi um passo dado na

direção certa. A CES tem vindo a apelar a “um novo rumo para a Europa” através dum ambicioso plano de investimento europeu para a crescimento sustentável e empregos de qualidade ao longo de vários anos. O plano de investimento europeu (Plano Juncker) responde parcialmente a este apelo. No entanto, as atuais medidas fraquejam ao nível do compromisso necessário, como foi identificado pela proposta da CES e exigem um esforço adicional.

A CES continua altamente crítica sobre a denominada política de “consolidação fiscal amiga do crescimento” da Comissão e sobre a desequilibrada agenda de reformas estruturais. A austeridade contínua, mesmo que disfarçada de consolidação fiscal, muito provavelmente minará o esforço de investimento e dificultará a recuperação. A adequada avaliação dos resultados das reformas estruturais levadas a cabo até ao momento demonstram que contribuíram significativamente para por em causa o modelo social europeu e com ele a confiança dos cidadãos no projeto europeu.

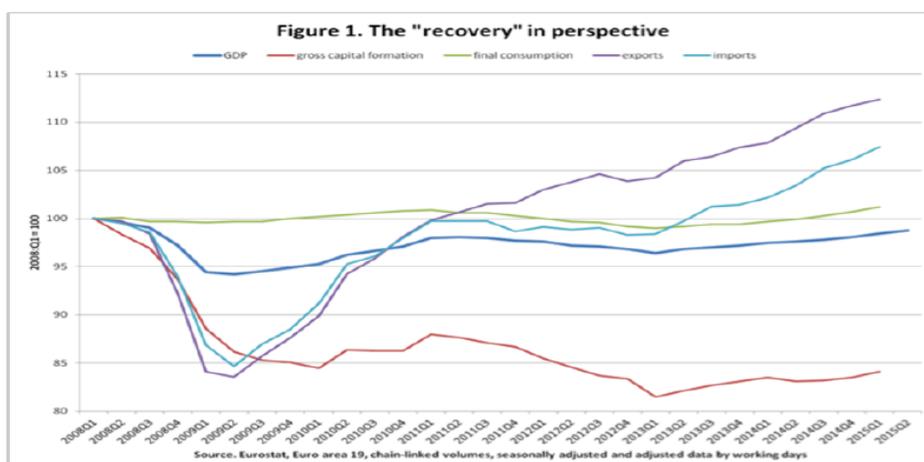
Salvaguardar a recuperação e transformá-la numa “recuperação estrutural”

A recuperação continua frágil, mas a competitividade não o problema.

A economia europeia voltou a crescer desde meados de 2013, mas o padrão de recuperação, particularmente na zona Euro, continua dececionante. A recuperação económica avança a passo de caracol: sete anos apos a crise financeira, os níveis de atividade económica ainda não regressaram aos níveis pré-crise. Esta situação não é normal: uma grande recessão deveria ser seguida duma grande recuperação, e não por uma grande estagnação, como é o caso na Zona Euro.

Enquanto que o consumo estagnou após estes anos todos, as exportações salvaram o dia, visto que são a única força motora da recuperação. Isto põe seriamente em causa a ideia que os Estados Membros estão a sofrer de falta de competitividade. Se esse fosse o caso, as exportações não demonstrariam este dinamismo, nem a Zona Euro apresentaria um superavit record de negócios com o resto do mundo, um superavit que atingiu o valor record de 3,5% do PIB da zona Euro (1,9% do PIB da EU).

Entretanto, o investimento colapsou e apresenta nenhum ou fracos sinais de recuperação, apesar do facto, de no decorrer dos últimos anos praticamente tudo, desde salários, legislação laboral até aos subsídios de desemprego, tenham sido sujeito, muitas vezes de forma brutal, a reformas estruturais. Isto lança dúvidas sobre a tese convencionalizada europeia que as reformas estruturais relançarão a economia através do relançamento do investimento empresarial.



Além disso, os riscos para a recuperação voltaram a aparecer no horizonte, riscos estes que resultam diretamente das escolhas políticas que a Europa decidiu prosseguir:

- com um superavit comercial externo de 3,5% do PIB, a zona Euro está a tirar da economia mundial, ano após ano mais de 300 bilhões de euros de procura agradada, que contribuem para desequilíbrios globais. O tumulto que atualmente atinge as economias emergentes (atividade económica curto circuitada devido à acumulação excessiva de dívida, várias desvalorizações cambiais), o fim da “ Flexibilização Quantitativa” e a ameaça dum aumento das taxas de juro nos Estados Unidos, não podem ser encarados de forma desligada das escolhas políticas europeias. A Europa, a zona Euro em particular, não podem continuar a descarregar os seus problemas para cima do resto do mundo.
- muitas economias europeias continuam a operar à beira da deflação. As reformas estruturais, especialmente aquelas assentes nas condições salariais e nos sistemas de negociação coletiva, são altamente responsáveis, visto que produziram um cenário onde os equilíbrios internos da zona euro empurraram as dinâmicas salariais – em particular nos países em crise – para territórios deflacionários, produzindo assim dinâmicas salariais para a média da zona Euro, abaixo do objetivo de estabilização de preços definidos pelo BCE.

É de realçar que o crescimento na maioria dos Estados Membros e na Europa como um todo, está assente nas políticas salariais. Ao comprimir a procura agregada, uma queda da parte salarial no PIB tende a puxar para baixo a atividade económica enquanto que um aumento na parte laboral puxa a economia para cima. Simulações demonstram que um aumento coordenado na parte salarial dos países da UE15 ao longo dos próximos cinco anos, poderiam aumentar de forma real o PIB entre 1,5% e 3,15%.

A necessidade dum aprimorado Plano de Investimento

A Europa precisa dum recuperação muito mais forte, mas simultaneamente uma recuperação que se torne estrutural, desenvolvendo o seu próprio ímpeto e força. Para o alcançar, é necessário um aprimorado plano de investimento e uma agenda de reformas que fazem da criação de empregos de qualidade uma prioridade.

Apesar do Plano de Investimento para a Europa ser um começo, é insuficiente no que diz respeito à exigência da CES, que aponta para a criação dum programa de investimento de 2% do PIB da EU por ano, ao longo dos próximos 10 anos. Também ausente do Plano de Investimento, está o reconhecimento da necessidade para suportar os investimentos públicos, sendo que o principal enfoque está na alavancagem de fundos privados. Serviços públicos de alta qualidade suportam o crescimento económico. O investimento público deverá ser impulsionado na educação, saúde, serviços sociais, habitação e transporte públicos, assim como um investimento nos trabalhadores da administração pública que são responsáveis por fornecer estes serviços, sem esquecer os serviços públicos de emprego que são essencial para ajudar as pessoas a reingressar no mercado de trabalho.

Para colher o máximo benefício, o Plano de Investimento deve ser realmente “Europeu”. Para acrescentar valor e abordar a diferente situação económica e de emprego dos Estados

Membros, é necessária uma abordagem pan-europeia relativamente aos projetos de investimento, sendo que os Estados Membros e as regiões que foram atingidas mais fortemente pela crise e aquelas com menores recursos internos devem ser prioritárias.

O atual plano de investimento tem de ser acompanhado de perto para perceber se o seu efeito resulta em investimentos adicionais ou se simplesmente financia projetos de investimento que seriam implementados de qualquer maneira. Os projetos também devem ser monitorizados para perceber se cumprem com os objetivos gerais, em especial se são de elevado interesse social e económico, no seguimento do cumprimento dos objetivos das políticas europeias. É fundamental prestar uma atenção redobrada ao financiamento de projetos que visam investir nos recursos humanos, assim como aqueles que suportam uma transição para uma economia verde.

Uma agenda política para empregos de qualidade e uma sociedade mais justa.

A criação de empregos de qualidade deve ser a prioridade principal da “AAC 2016” e orientar as recomendações específicas dos países. Os empregos precários e o aumento das desigualdades criarão uma recuperação igualmente precária. Deverá ser dada uma maior importância aos empregos bem remunerados, com contratos de trabalho estáveis, que aumentarão a procura agradável (incluindo os investimentos empresariais), assim como suportam uma mais forte e auto sustentável recuperação.

A situação do emprego na Europa continua crítica, mesmo que os últimos dados estatísticos sejam encorajadores. No que respeita à criação de emprego, o desafio está em assegurar que os empregos criados sejam de qualidade e que permitam às pessoas terem um nível de vida digno e que contribuam para o seu bem-estar e suportem uma economia robusta.

Aumentar a participação feminina no mercado de trabalho é a chave para atingir o objetivo do Europa 2020 e melhorar o crescimento económico. Isto implica investimentos em cuidados infantis e para idosos, assim como medidas que melhorem o equilíbrio entre a vida privada e profissional. É necessário um esforço maior para reduzir o fosso salarial entre homens e mulheres.

A CES regista com interesse que a implementação dum salário mínimo de 8,5€ por hora na Alemanha no início de 2015 não levaram a uma perda de emprego, como alguns previram. Pelo contrário, a dinâmica da criação de emprego continuou em alta e o desemprego caiu a um ritmo superior no primeiro semestre de 2015. O impacto do salário mínimo não foi a destruição de emprego, mas salários mais altos para os trabalhadores que mais os necessitavam e uma redução do sector de baixos salários com os seus respetivos contratos precários.

A globalização, a inovação e a mudança tecnológica, as tendências demográficas e a transição para uma economia verde têm um profundo impacto no mercado de trabalho. Os diferentes mercados de trabalho têm de se adaptar para ir de encontro a estes desafios com políticas que agarrem as oportunidades apresentadas, não deixando ninguém para trás. A CES continua preparada para apoiar políticas que levem a resultados positivos para os trabalhadores,

empresas e a sociedade na sua globalidade. No entanto, continuará contrária a uma agenda desequilibrada de reformas que coloquem em cima dos trabalhadores o ônus da competitividade da economia europeia.

As decisões políticas alusivas ao tipo de reformas que levarão a uma competitividade e a uma produtividade económica impulsionada por empregos de qualidade e recursos humanos altamente qualificados e que fornece progresso social para todos, deve servir de base para uma análise sobre o impacto, incluindo o impacto social, das reformas até à data. Muitas das reformas do mercado de trabalho que tinham como pressuposto impulsionar a competitividade e a criação de emprego tiveram pouco impacto no aumento da produtividade ou numa maior inclusão e constringerá a longo prazo o crescimento económico.

As reformas estruturais e as políticas de mercado de trabalho devem ser negociadas com as organizações sindicais e respeitar os acordos entre parceiros sociais. Os Estados Membro que seguiram estas reformas com consulta e negociação com os parceiros sociais tiveram resultados mais positivos, mas em demasiados casos as reformas foram impostas sem qualquer tipo, ou um adequado diálogo social, e independentemente das consequências negativas para os trabalhadores, os elementos mais vulneráveis da sociedade.

As reformas estruturais tinham como objetivo atingir mercados de trabalho altamente flexíveis e não a criação líquida de emprego. Há pouca ou praticamente nenhuma evidência académica que mercados de trabalho altamente flexíveis melhorem as dinâmicas de emprego e reduzem o desemprego. Nem tão pouco os mercados de trabalho flexíveis são bons para a inovação ou a produtividade. Um recente estudo do FMI não encontra qualquer tipo de ligação entre a desregulação do mercado de trabalho e a inovação.

Em vez de prosseguir uma descentralização desorganizada da negociação salarial, sistemas coordenados de negociação salarial, que provaram produzir bons resultados no emprego, têm de ser repostos e promovidos. O investimento em políticas ativas de emprego, promovendo a formação e a qualificação dos trabalhadores é urgente e necessária.

Os problemas dum mercado de trabalho a duas velocidades (desigualdade e discriminação, depreciação do capital humano e falta de incentivos à inovação) têm de ser resolvidos através do melhoramento dos direitos e das condições dos trabalhadores atípicos, não através da desregulação da proteção laboral e dos direitos de todos os trabalhadores nem da transformação de empregos estáveis em empregos precários.

O desenvolvimento das competências é a chave para um crescimento superior, no entanto o nivelamento por baixo da proteção laboral não abordará os desafios do aumento da produtividade e numa força de trabalho mais qualificada. O relatório da OCDE *"In It Together – Porque é que menos desigualdade beneficia todos"* também sublinhou o aumento da parte do emprego não-estandardizado como um importante elemento para a desigualdade salarial e um constrangimento ao longo prazo do crescimento económico.

A CES nunca aceitará que a precariedade seja a nova norma e relembrará o Presidente Juncker, sobre o compromisso feito ao 13º Congresso da CES, para a criação dum sociedade em que possamos todos partilhar a inclusão dum pilar europeu dos direitos sociais.

O regresso ao modelo da flexi-segurança

A CES regista o renovado entusiasmo para um modelo europeu de “Flexi-segurança”. Para que muitos trabalhadores na Europa, abracem a flexibilidade em tempos bons e maus, a segurança seria um justo equilibrador. A experiência de muitos trabalhadores, tem sido a de que ao mesmo tempo que lhes foi muitas vezes imposta a troca de trabalhos seguros por precários. A contrapartida por uma maior segurança laboral (investimento em políticas ativas de emprego, aprendizagem ao longo da vida e um sistema de segurança social moderno) esteve na realidade pouco disponível para medidas compensatórias.

Pior ainda, no decorrer dos anos da crise, a flexi-segurança significou na prática menos segurança no emprego, assim como menos segurança no mercado de trabalho com os sistemas de proteção no desemprego corroídos e a redução das políticas ativas de emprego per capita. Com o continuado foco na consolidação fiscal, e baseado em evidências passadas, a CES está séptica que os Estados Membro assegurem o nível de investimento necessário para apresentar uma genuína segurança para os trabalhadores.

A situação social e a desigualdade

A pobreza e a desigualdade estão a níveis inaceitáveis na Europa, afetando tanto os trabalhadores como aqueles que estão fora do mercado de trabalho. Esta não é uma consequência inevitável da crise, mas está relacionada com às decisões políticas que favoreceram a austeridade e uma política fiscal injusta que resultaram em pessoas mais pobres e a pagarem desproporcionalmente mais, enquanto que os mais favorecidos monetariamente continuam a fugir aos impostos. No relatório “*A Europe for the Many, Not the Few*”, a Oxfam realça precisamente que “a pobreza na UE não é o resultado da falta de recursos, mas um problema de distribuição desses mesmos recursos.”

É uma triste acusação que no século XXI na Europa, ter um emprego já não é um caminho garantido para sair da pobreza ou a melhor ferramenta para a inclusão social. O maior aumento de pobreza está entre a população em idade ativa, incluindo aqueles que têm emprego. No Outlook para Emprego de 2015, a OCDE lançou um forte aviso que o tempo está a esgotar-se para evitar que milhões de trabalhadores sejam mantidos presos no fundo da escada económica, presos num desemprego crónico ou num ciclo de emprego mal pago e o desemprego.

Educação e Formação

A Europa precisa de uma força de trabalho bem formada e qualificada para atingir o seu potencial económico. No entanto, as reformas na educação não devem ser encaradas apenas no contexto do mercado de trabalho, mas também num contexto mais alargado das necessidades da sociedade. As reformas, focando as competências, devem priorizar tanto o aumento do conhecimento, as competências e capacidades, assim como combater o aumento

do fosso entre os altamente qualificados e baixo qualificados. Isto não visa apenas o crescimento económico, mas sustenta o progresso social e a inclusão.

Na tentativa de reduzir a despesa pública, a maioria dos Estados Membro implementaram cortes cegos no financiamento da educação, pondo em causa a qualidade da educação, aumentando a pressão nos salários e nas condições de trabalho dos professores, do seu desenvolvimento profissional e do aumento da precariedade contratual para todo o sector. Apesar do investimento na educação estar a aumentar, o nível de financiamento à educação é um desastre quando comparado com os níveis pré-crise. Uma estratégia alargada de investimento deve cobrir todo o ciclo de educação e formação, abrangendo todos os sectores da aprendizagem ao longo da via, educação profissional e aprendizagem no local de trabalho, formal e não-formal. O investimento em maiores níveis de educação é particularmente importante em países de PIB inferior.

O desenvolvimento das competências e do conhecimento tem de andar de mãos dadas com o envolvimento ativo dos parceiros sociais e ter em consideração a necessidade de antecipar as mudanças. Quando os parceiros sociais são envolvidos nas consultas do Semestre Europeu, as reformas na educação e na formação levadas a cabo, tiveram sucesso.

Os professores e os auxiliares de educação suportam a maior responsabilidade nos resultados da educação. Têm as competências necessárias e a experiência para definir os currículos educativos e isso deve ser respeitado. O envolvimento dos parceiros sociais na definição do ensino vocacional ajudará certamente a assegurar que as necessidades do mercado de trabalho serão tidas em conta. A cooperação entre as empresas, os representantes dos trabalhadores e as instituições de ensino profissional e vocacional deve ser fomentada em especial olhando à qualidade dos estágios e da aprendizagem no local de trabalho. O desenvolvimento curricular deve estar baseado na qualidade do resultado do ensino e da aprendizagem, em relação às necessidades de empregabilidade.

Mobilidade laboral

A livre circulação dos trabalhadores é um direito fundamental da UE, que os trabalhadores devem poder exercer de forma livre e justa. A mobilidade laboral está cada vez mais a ser utilizada com uma ferramenta de ajuste económico. Enquanto que a mobilidade laboral pode providenciar um ajuste de curto prazo para uma elevada empregabilidade dentro dum Estado Membro ou região, a CES insiste que as consequências de médio longo prazo, têm de ser tidas em consideração.

A CES saúda a intervenção do Presidente Juncker para abordar as questões do dumping social e a defesa do princípio de salário igual, para trabalho igual no mesmo local de trabalho. A CES insiste num tratamento igual e uma mobilidade baseada em direitos legais, assim como o respeito da negociação coletiva. Muitos dos Estados Membro mais afetados pela crise assistiram a um êxodo massivo de jovens, frequentemente pessoas altamente qualificadas. O impacto desta “fuga de cérebros” começa a ser evidente nalguns países que estão já a assistir a uma falta de gente qualificada e experiente nalguns sectores. Níveis elevadíssimos de

emigração terão também um profundo impacto nos sistemas de segurança social dos países afetados, particularmente no que diz respeito às pensões e aos serviços de saúde.

A situação dos refugiados

Os líderes europeus devem abordar o enorme aumento de refugiados fomentando a solidariedade e a unidade, assim como as preocupações dos Estados Membro poderem lidar com a situação. Um aspeto chave será a tomada de medidas que contribuam para colocar os refugiados, incluindo assegurar que os serviços públicos tenham recursos suficientes e consigam antecipar a sua transição suave para o mercado de trabalho.

Os parceiros sociais dentro duma plataforma europeia de diálogo sobre as migrações com a Comissão Europeia podem também ter um papel central na facilitação da integração dos migrantes, notavelmente no mercado de trabalho. A parceria social pode também ajudar a ativar os caminhos para o reconhecimento das competências.

Existe o risco de muitos requerentes de asilo caírem numa situação irregular, que por sua vez podem cair numa situação de trabalho irregular com efeitos distorcedores do mercado de trabalho. Devem ser tomadas medidas, incluindo o estabelecimento dum plano coordenado para vistos humanitários para prevenir que surja trabalho não-declarado que pode minar a integração dos requerentes de asilo e dos refugiados.

Reforçar a governança económica e social

A CES realça que os parceiros sociais desempenham um papel central para ajudar a atingir a coordenação das políticas económicas baseadas numa abordagem profunda e compreensiva, em vez dum número de regras desequilibradas. Realça também que a consulta dos parceiros sociais não é apenas uma mera auscultação dos nossos pontos de vista, mas deve assegurar que estas posições sejam integradas nas decisões políticas e nas consequentes recomendações, para que os interesses dos trabalhadores e dos empregadores, assim como o interesses geral, sejam refletidos de maneira justa.

O “*Five President’s Report*” sublinha as propostas para um Semestre Europeu mais integrado, com um processo mais distintivo do processo do Semestre da Zona Euro. Neste contexto, a CES propõe que discussões de alto nível devem ser organizadas entre os parceiros sociais e os ministros das finanças do Eurogrupo. Adicionalmente, a CES e outros parceiros sociais devem ser envolvidos em reuniões informais com os ministros do trabalho da Zona Euro.

A CES é encorajada pelo aumento da atenção dada à dimensão social da governança económica pela Comissão e saúda a decisão da Presidência do Luxemburgo em focar-se mais nesta matéria na reunião informal do EPSCO (Conselho de Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) em julho de 2015. A maioria dos Estados Membro reconhecem a necessidade de reforçar a dimensão social, tendo em conta que os desequilíbrios sociais podem ter um impacto negativo e têm de ser abordados.

Passos concretos têm de ser tomados para assegurar que as questões sociais sejam devidamente integradas no quadro da governança da UE. Isto deve assegurar que os impactos negativos sejam tidos em consideração e que as políticas sejam corrigidas para mitigar a deterioração da situação social e do emprego. A Comissão já expressou a sua intenção para desenvolver referências sociais que podem ser usadas com uma espécie de guia de recomendações específicas para cada país. Isto deve ser desenvolvido em plena consulta com os parceiros sociais europeus.

O envolvimento dos parceiros sociais no Semestre Europeu

A CES saúda o esforço da Comissão Europeia em relançar o diálogo social. Os parceiros sociais devem ser consultados em todos os assuntos que direto ou indiretamente tenham um impacto no emprego e no mercado de trabalho, conforme acordado com os empregadores a nível europeu na “Declaração conjunta sobre o envolvimento dos parceiros sociais na governança económica”. O diálogo social continua sobre algumas amarras em alguns Estados Membro. Apoiar a capacidade dos parceiros sociais em fomentar relações industriais mais fortes, deve continuar uma prioridade para que seja atingido um efetivo diálogo social a todos os níveis. A CES está igualmente comprometida para fomentar a coordenação interna entre os sindicatos a nível europeu, nacional e sectorial, para melhorar a nossa capacidade de resposta às várias etapas do processo do Semestre Europeu.

O contínuo esforço da Comissão e do Comitê de Emprego para consultar os parceiros sociais europeus nos momentos chave do processo do Semestre Europeu são apreciados. Apesar das restrições impostas pela agenda do Semestre, a abordagem simplificada pilotada em 2015 foi uma melhoria, providenciando uma melhor oportunidade para a CES e os seus afiliados poderem apresentar os seus pontos de vista sobre os relatórios dos países e a subsequente recomendação específica por país.

A situação a nível nacional continua insatisfatória. A CES reconhece que o desdobramento dos agentes do Semestre Europeu da Comissão Europeia nos Estados Membro da forma que está prevista, melhorará a circulação da informação e a exatidão da informação apresentada nos relatórios dos países. Uma abordagem consistente deve ser assegurada, assim como evitar a duplicação entre os processos a nível nacional e europeu. Durante as reuniões de consulta a nível nacional, o papel específico dos parceiros sociais com intervenientes diretos do mercado de trabalho assim com o papel dos especialistas, deve ser reconhecido e as suas respetivas opiniões tornadas públicas e seguidas.

A CES apoia o forte envolvimento do parlamento europeu e dos respetivos parlamentos nacionais na governança económica e no processo do Semestre Europeu. É importante que o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais tenham consciência das posições dos parceiros sociais e organizem um diálogo estruturado que o assegure. O Parlamento Europeu deve convidar os parceiros sociais europeus a participar nas discussões com a Comissão tendo em conta a “*Análise Anual de Crescimento*” e nas discussões com os parlamentos nacionais tendo em vista o Semestre Europeu durante a semana parlamentar europeia.